

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.710 - MS (2019/0012584-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE DOURADINA
ADVOGADO : JOÃO PAULO LACERDA DA SILVA - MS012723

EMENTA

ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPUGNAÇÃO DOS TERMOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO APELO ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO PARA REAUTUAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo Ministério Público Federal, em face de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região que inadmitiu o recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (fls. 594 e-STJ):

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DECLINATÓRIA DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. NÃO CABIMENTO. ROL TAXATIVO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. O Código de Processo Civil elenca as hipóteses taxativas de cabimento do agravo de instrumento em seu artigo 1.015.
2. No presente caso, o pronunciamento recorrido, que declinou da competência da Justiça Federal para a Justiça Estadual, não se encaixa nas hipóteses taxativas de cabimento do agravo de instrumento, previstas no artigo 1.015 do Código de Processo Civil. Precedentes.
3. Decisão que julga pela incompetência da Justiça Federal não se coaduna com a de rejeição da alegação de convenção de arbitragem. Precedentes.
4. Não viola os princípios da economia processual e da razoável duração do processo a opção do legislador no sentido de postergar, para as razões ou contrarrazões de apelação, a impugnação de questões não contempladas no rol taxativo do artigo 1.015 do Código de Processo Civil. Precedentes.
5. Tendo por descabido o agravo de instrumento, não devem ser enfrentadas as alegações de que existe interesse da União no presente caso e de que basta a atuação do Ministério Público Federal para fins de fixação da competência da Justiça Federal.
6. Agravo de instrumento não conhecido.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente aponta violação ao art. 1015, III, do CPC, sustentando o cabimento de agravo de instrumento na hipótese de decisões que tratam de competência relativa ou absoluta, como ocorre no presente feito.

Sem contrarrazões.

O recurso especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem à consideração de que *a tese defendida pelo recorrente destoa do entendimento do STJ sobre o tema, no sentido de ser taxativo o rol de hipóteses de cabimento do agravo de instrumento previstos na referida norma* (fl. 187 e-STJ).

Nas razões do agravo em recurso especial, o recorrente impugna todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Considerando o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do agravo e as peculiaridades do caso concreto, o agravo deve ser provido para que seja realizada a sua reatuação como recurso especial.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, *d*, do RISTJ, conheço do agravo para determinar sua autuação como recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator